



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM LESTE MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA nº. 57/2021  
Governador Valadares, 25 de maio de 2021.

<b>Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA n. 57/2021</b>			
<b>Nº DOCUMENTO DO PARECER TÉCNICO VINCULADO AO SEI: 29933516</b>			
<b>PA COPAM/SLA Nº:</b> 2242/2021		<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Indeferimento	
<b>EMPREENDEDOR:</b> MINERAÇÃO GOIABEIRA LTDA.		<b>CNPJ:</b> 05.793.075/0003-52	
<b>EMPREENDIMENTO:</b> MINERAÇÃO GOIABEIRA LTDA		<b>CNPJ:</b> 05.793.075/0003-52	
<b>ENDEREÇO:</b> Sítio Santa Cruz/Córrego Santa Cruz, s/nº		<b>BAIRRO:</b> -	
<b>MUNICÍPIOS:</b> Conselheiro Pena, MG		<b>ZONA:</b> Rural	
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICAS:</b> Latitude 18º56,32'13"S e Longitude 41º11,8'34"W			
<b>RECURSO HÍDRICO:</b> Certidão de Uso Insignificante nº 0000177206/2020			
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b> localização em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas e em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades.			
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
A-02-06-2	Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento.	2	Produção bruta: 6.000 m³/ano
A-05-04-6	Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento.	2	Área útil de 0,47 ha
A-05-05-3	Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários	2	Extensão: 0,325 km
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b> Fernando Neves Cerqueira Filho		<b>REGISTRO:</b> CREA-MG 175018/D	
<b>AUTORIA DO PARECER</b>		<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Silvania Arreco Rocha - Gestora Ambiental		1469839-3	
De acordo: Vinicius Valadares Moura Diretor Regional de Regularização Ambiental		1365375-3	



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Valadares Moura, Diretor(a)**, em 25/05/2021, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvania Arreco Rocha, Servidor(a) Público(a)**, em 25/05/2021, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



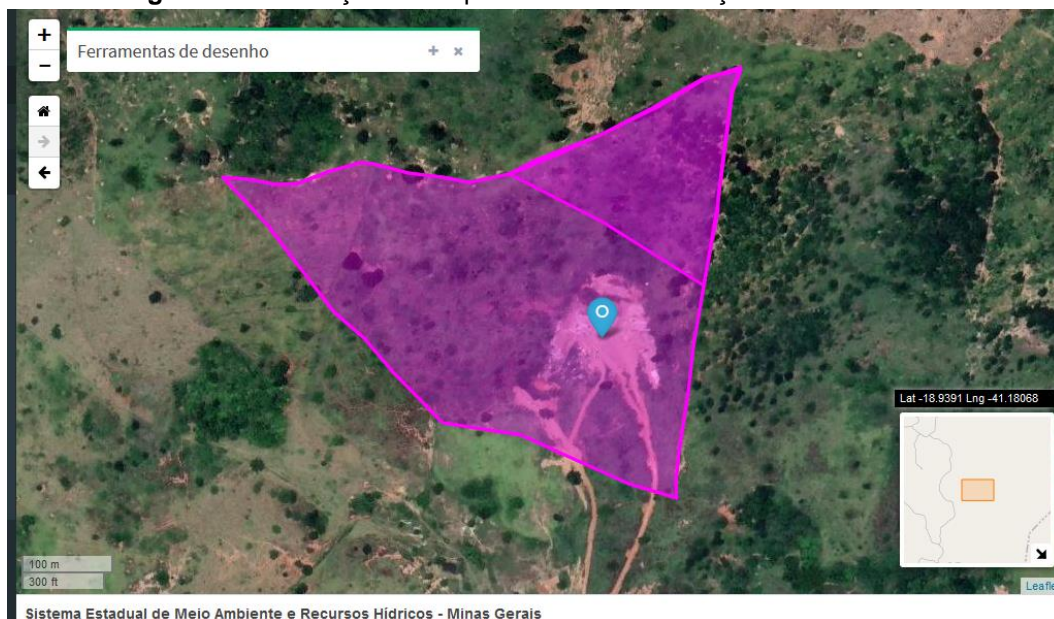
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **29933516** e o código CRC **2B8310B1**.



## Parecer Técnico de LAS/RAS nº 57 /SEMAD/SUPRAM LESTE - DRRRA/2020

O responsável pelo empreendimento MINERAÇÃO GOIABEIRA LTDA. requer autorização para atuar no ramo da mineração, especificamente na extração de granito, exercendo suas atividades no Sítio Santa Cruz/Córrego Santa Cruz, s/nº, zona rural do município de Conselheiro Pena – MG, cujas coordenadas geográficas são Latitude 18º56,32'13"S e Longitude 41º11,8'34"W (Figura 1). O empreendimento está inserido na poligonal do processo ANM/DNPM nº 830757/2003, que possui como titular do processo Mineração Goiabeira Ltda., para a substância granito (Fase de Requerimento de Lavra, área concedida pela ANM de 286,91 ha).

**Figura 1.** Localização do empreendimento Mineração Goiabeira Ltda.



**Fonte:** Autos dos PA nº 2242/2021 / IDE SISEMA. Acesso em 24/05/2021.

Consta no RAS que o empreendimento possui Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF, AAF nº 01159/2018, vinculada ao Processo Administrativo – PA nº 12490/2013/002/2018, para as atividades "A-02-06-2 Lavra a céu aberto com ou sem tratamento, rochas ornamentais e de revestimento", Produção Bruta de 6.000 m³/ano; "A-05-04-6 Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento", Área Útil de 1 ha; "A-05-02-9 Obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas), Área Útil de 2 ha; "A-05-05-3 Estradas para transporte de minério/estéril, Extensão de 4 Km, conforme DN 74/2004.

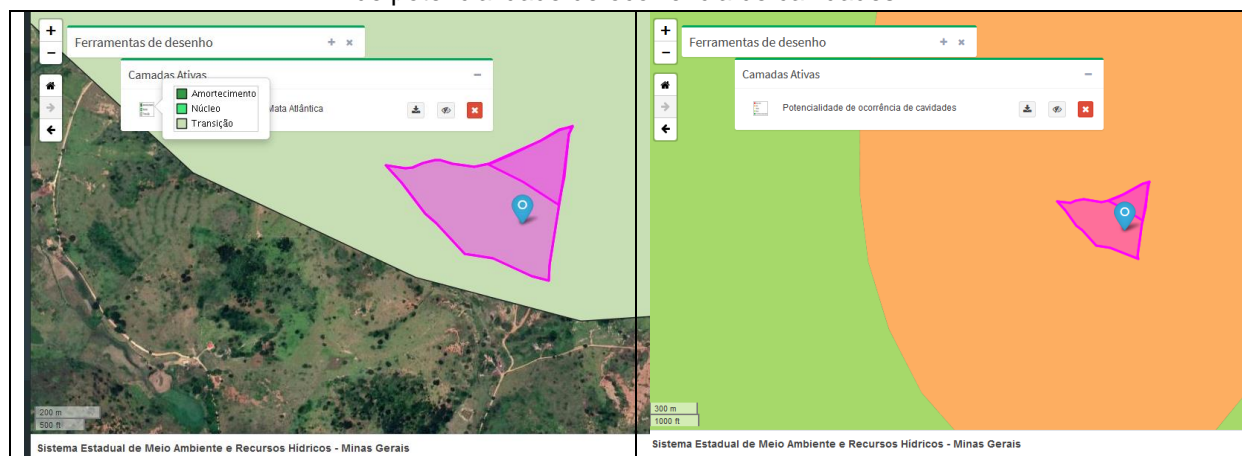
Com a referida AAF ainda vigente (validade até 07/02/2022), foi formalizado via SLA, o Processo Administrativo nº 2242/2021, na modalidade Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS, por meio da entrega do Relatório Ambiental Simplificado – RAS, além de outros documentos exigidos pelo Sistema - SLA.

As atividades do empreendimento objeto deste licenciamento são: "A-02-06-2 Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento", produção bruta de 6.000 m³/ano; "A-05-05-3 Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários", extensão de 0,325 km; e "A-05-04-6 Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento", área útil de 0,47 ha; conforme DN COPAM nº 217/2017. Não foi apresentada justificativa pela redução de parâmetros de algumas atividades listadas na AAF nº 01159/2018.

Os parâmetros informados no SLA enquadram o empreendimento em Classe 2, com incidência de critério locacional (Peso 1). O empreendimento está localizado em área de alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECav-ICMBio, para o qual foi apresentado o estudo correspondente. Porém, está localizado também em área de transição da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA, e não foi apresentado o estudo (Figura 2).



**Figura 2.** Localização do empreendimento na área de transição da RBMA e em área com alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades.

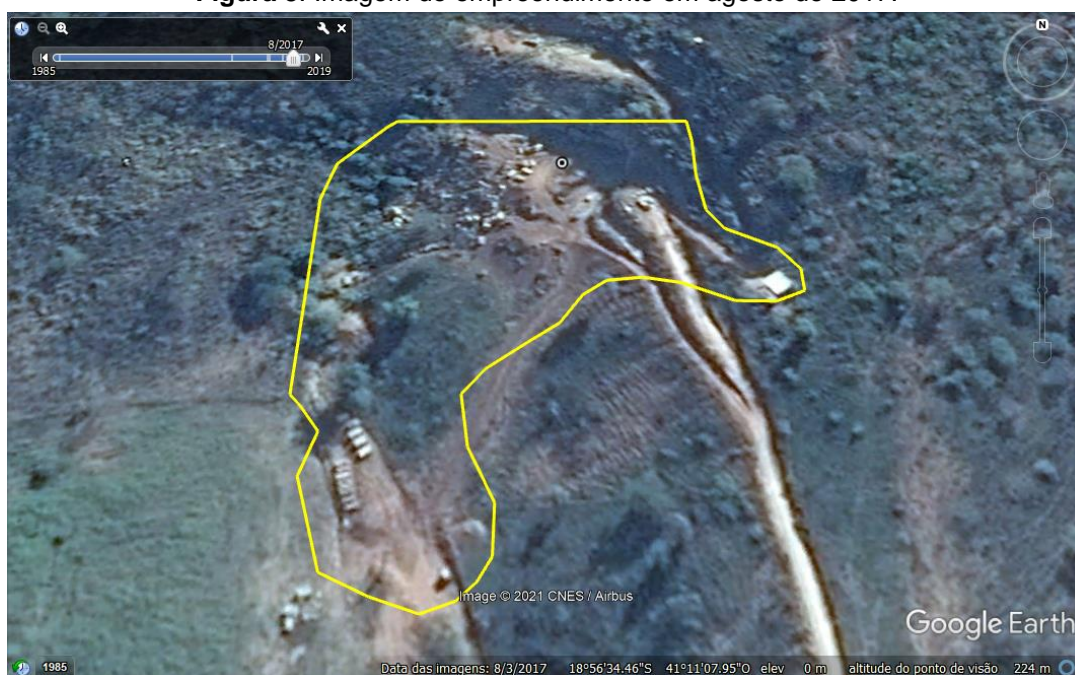


**Fonte:** Autos dos PA nº 2242/2021 / IDE SISEMA. Acesso em 24/05/2021.

O empreendimento está localizado no bioma mata atlântica, em área predominantemente coberta com pastagens, mas com presença de remanescentes de vegetação nativa. Por estar localizado em zona rural, o empreendedor apresentou o recibo de inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR (MG-3118403-DB54D5213BA445B384C6787B01AF3DCD), no qual consta declarada área total de 13,3161 ha. Os estudos apresentados fazem menção a um córrego localizado na propriedade, porém não foi declarado no CAR sobre a existência de Área de Preservação Permanente – APP, e no *shape* apresentado, a APP está fora do polígono da propriedade.

Foi informado no SLA e no RAS, que não houve supressão de vegetação nativa entre o período de 22 julho de 2008 e a data de acesso ao SLA. No entanto, em consulta as imagens históricas do Google Earth, verificou-se possível supressão de vegetação nativa entre julho de 2018 e fevereiro de 2019, conforme verifica-se nas imagens a seguir (Figuras 3 a 6).

**Figura 3.** Imagem do empreendimento em agosto de 2017.



**Fonte:** Autos dos PA nº 2242/2021 / Google Earth. Acesso em 24/05/2021.



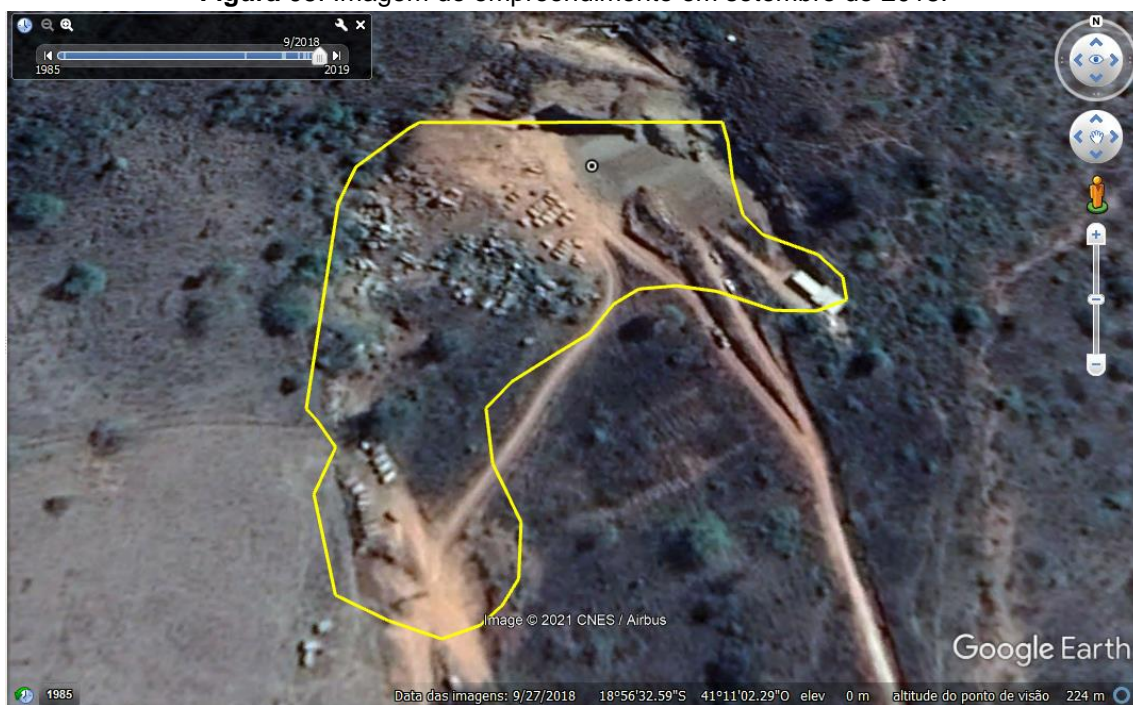


**Figura 4.** Imagem do empreendimento em julho de 2018.



**Fonte:** Autos dos PA nº 2242/2021 / Google Earth. Acesso em 24/05/2021.

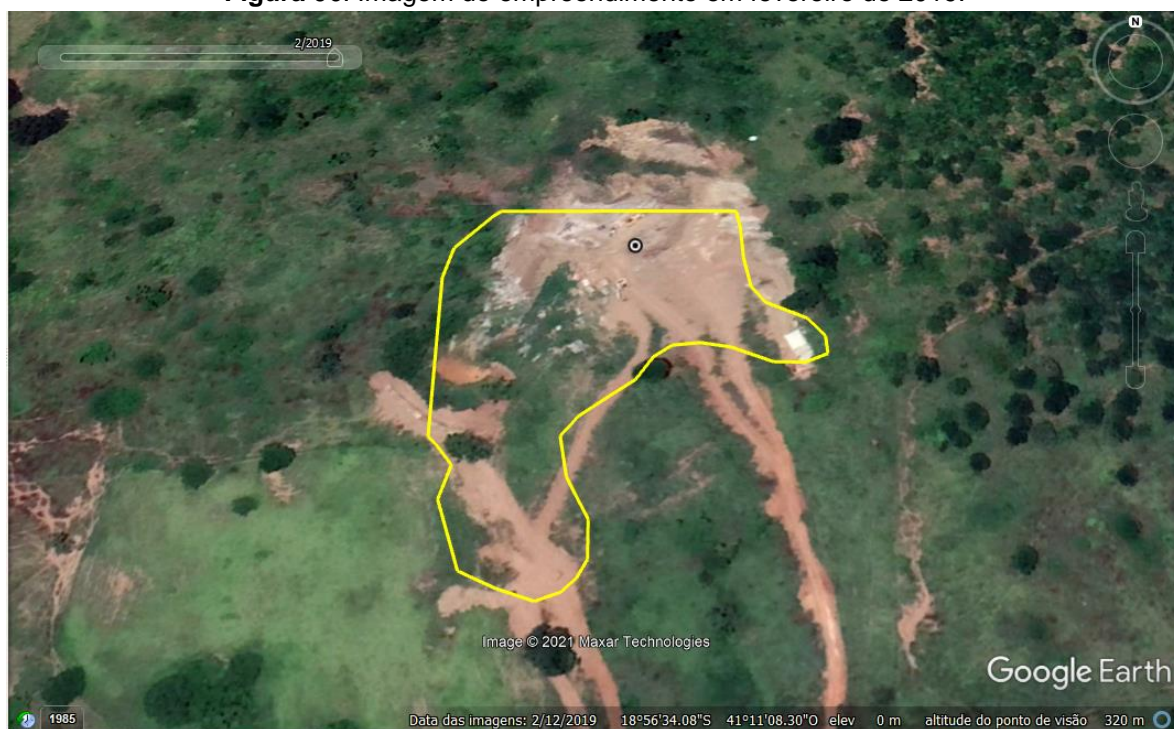
**Figura 05.** Imagem do empreendimento em setembro de 2018.



**Fonte:** Autos dos PA nº 2242/2021 / Google Earth. Acesso em 24/05/2021.



**Figura 06.** Imagem do empreendimento em fevereiro de 2019.



**Fonte:** Autos dos PA nº 2242/2021 / Google Earth. Acesso em 24/05/2021.

Registra-se que não foi apresentado Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental – DAIA. A ausência do documento autorizativo inviabiliza a concessão dessa licença, visto que este é exigido previamente na formalização do processo para essa modalidade de licenciamento, tal qual expresso no art. 17 do Decreto 47.383/2018.

Além disso, não foi apresentado o estudo referente ao critério locacional localização em Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, o que também inviabiliza a concessão da licença.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o INDEFERIMENTO da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento MINERAÇÃO GOIABEIRA LTDA para as atividades “A-02-06-2 Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento”, produção bruta de 6.000 m³/ano; “A-05-05-3 Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários”, extensão de 0,325 km; e “A-05-04-6 Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento”, área útil de 0,47 ha, no município de Conselheiro Pena – MG.

Em razão da sugestão de indeferimento, recomenda-se que o processo seja encaminhado à Diretoria de Fiscalização para fins que verificação da situação atual do empreendimento.

Registra-se que a manifestação aqui contida visa nortear na escolha da melhor conduta, tendo natureza opinativa, de caráter obrigatório, porém não vinculante e decisório, podendo a entidade competente agir de forma contrária à sugerida pela equipe interdisciplinar<sup>1</sup>.

Ressalta-se que o parecer foi elaborado unicamente com base nas informações apresentadas pelo empreendedor. Portanto, a equipe de análise não possui nenhuma responsabilidade sobre as informações prestadas pelo empreendedor. Ainda, conforme *Instrução de Serviço SISEMA nº 01/2018, na modalidade de Licenciamento Ambiental Simplificado com apresentação de Relatório Ambiental Simplificado – LAS/RAS, a análise do RAS será feita em fase única pela equipe técnica, sendo que a conferência documental deve ser realizada pelo Núcleo de Apoio Operacional da Supram.*

<sup>1</sup> Neste sentido o Parecer da AGE/MG n. 16.056, de 21/11/2018.